



RELATÓRIO FINAL DE EXECUÇÃO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 62/2024

I - INTRODUÇÃO

1. O presente Relatório Final apresenta a consolidação das atividades desenvolvidas durante a execução do Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 62/2024, celebrado entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) e o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), em conformidade com o disposto na 9ª fase do Plano de Trabalho e nas cláusulas estabelecidas no referido instrumento (41728768).
2. O ACT teve por objeto viabilizar a implantação e a utilização da plataforma Tramita GOV.BR, plataforma digital de comunicação integrante do Processo Eletrônico Nacional (PEN), destinado à tramitação externa, por meio de expedição, de processos administrativos eletrônicos e documentos avulsos entre sistemas de processo administrativo eletrônico -SPE., no âmbito das unidades que compõem a Justiça do Trabalho brasileira, visando ampliar a interoperabilidade entre sistemas, promover maior eficiência administrativa e fortalecer as iniciativas de transformação digital no setor público.
3. O presente relatório contempla o panorama geral da execução do ACT ao longo de sua vigência, registrando as ações realizadas, os resultados alcançados, o estágio de implantação da solução nas unidades da Justiça do Trabalho e as considerações finais acerca do cumprimento dos objetivos pactuados entre as partes.

II - ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 62/2024

1. O Acordo foi firmado entre o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), por meio da Secretaria de Gestão e Inovação (SEGES), tendo iniciado sua vigência em 15 de maio de 2024 (41728554). A execução do Plano de Trabalho está estruturada em nove fases, prevendo desde a assinatura do ACT até a elaboração do relatório final.
2. No período analisado, observou-se o cumprimento das seguintes atividades, dentre aquelas definidas no Plano de Trabalho:

Fase	Ação	Prazo	Responsável
1ª	Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica	12/5/2024	SEGES/MGI e CSJT
2ª	Publicação do extrato do Acordo de Cooperação Técnica	15/5/2024	SEGES/MGI
3ª	Designação dos representantes	26/8/2024 (CSJT) 22/05/2024 (MGI)	SEGES/MGI e CSJT
4ª	Promoção de evento de divulgação do Tramita GOV.BR para as unidades que compõem a Justiça do Trabalho	31/7/2024	SEGES/MGI e CSJT
5ª	Disponibilização de material técnico, realização de treinamento e prestação de informações necessárias para execução do objeto	Enquanto o ACT estiver vigente	SEGES/MGI
6ª	Implantação e disponibilização do Tramita GOV.BR nas unidades que compõem a Justiça do Trabalho	Enquanto o ACT estiver vigente	CSJT
7ª	Gestão e acompanhamento do uso adequado do Tramita GOV.BR nas unidades que compõem a Justiça do Trabalho	Enquanto o ACT estiver vigente	SEGES/MGI e CSJT
8ª	Elaboração do Relatório Parcial	1 (um) ano após a publicação do ACT no Diário Oficial da União, nos termos da Cláusula Décima Segunda	SEGES/MGI e CSJT

Fase	Ação	Prazo	Responsável
9ª	Elaboração do Relatório Final	Até 60 (sessenta) dias a contar do término do prazo de vigência do ACT	SEGES/MGI e CSJT

III - AÇÕES REALIZADAS PELO MINISTÉRIO DA GESTÃO E INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS

3. O Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) acompanhou o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) durante o desenvolvimento da integração do PROAD com a plataforma Tramita GOV.BR, seja por meio de reuniões ou tirando dúvidas por meio de canal criado exclusivamente para facilitar a comunicação entre os dois órgãos.

4. O MGI também forneceu o módulo de integração do SEI com a plataforma Tramita GOV.BR para os órgãos que não utilizam PROAD. Além de apoiar no desenvolvimento, também foi realizada capacitação dos servidores do órgão na utilização do Portal de Administração, inclusive capacitando aqueles com o perfil Supervisor.

5. Os servidores com perfil Supervisor são responsáveis pela liberação dos órgãos da Justiça do Trabalho. Tal perfil possibilita que outros órgãos tenham autonomia na gestão da plataforma, visto que sem ele o papel liberação de acesso ficaria centralizado nos Administradores da Plataforma (MGI), que são responsáveis por várias atividades, não apenas a atividade de avaliação de solicitação de acesso.

6. Maiores informações sobre esse perfil podem ser consultadas no seguinte endereço: https://manuais.processoeletronico.gov.br/pt-br/latest/TRAMITA.GOV.BR/MANUAIS_PERFIS/Manual_supervisor/MANUAL_SUPERVISOR.html.

7. Outro ponto importante foi alinhamento sobre suporte prestado aos órgãos da Justiça do Trabalho, com o amadurecimento da execução do ACT, foi criado um script que impedia o suporte negocial e técnico aos Tribunais Regionais do Trabalho pela Central de Atendimento do Processo Eletrônico Nacional, com exceção do TRT12, o braço técnico do CSJT. Esse script pode ser acessado pelo seguinte endereço: https://wiki.processoeletronico.gov.br/pt-br/latest/Scripts_Atendimento/Tramita_GOV_BR/Atendimento_de_chamado_aberto_por_Tribunal_Regional_do_Trabalho-Tramita_GOV.BR.html. Além disso, os chamados abertos pelo TRT12 e CSJT sempre foram priorizados internamente.

IV - AÇÕES REALIZADAS PELO CONSELHO SUPERIOR DA JUSTIÇA DO TRABALHO

8. O CSJT expediu o Ofício Circular CSJT.SG.SETIC nº 129/2024, encaminhado aos Tribunais da Justiça do Trabalho em 15 de julho de 2024, informando sobre os objetivos e etapas da implantação da plataforma Tramita GOV.BR.

9. Em paralelo, também foi registrada a demanda de identificação EGPTI-5200 na ferramenta Jira Server, sistema de gestão de demandas do CSJT. Posteriormente, no dia 31 de julho do mesmo ano, realizou-se webinar visando apresentar o sistema a todos os órgãos participantes da Justiça do Trabalho.

10. Em 23 de janeiro de 2025, diante do encerramento do prazo inicial previsto na demanda EGPTI-5200, foi expedido o Ofício Circular CSJT.SG.SETIC nº 3/2025, reiterando a importância da formalização da adesão ao ACT e do envio dos respectivos termos, a fim de garantir o prosseguimento da iniciativa.

11. Em 27 de fevereiro de 2025, foi enviado o Ofício Circular CSJT.SG.SETIC nº 29/2025, reiterando o ofício anterior (nº 3/2025), com as informações detalhadas sobre os procedimentos a serem observados para adesão ao ACT.

12. Nas datas 11/3/2025 e 15/10/2025 foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) os extratos dos termos de adesão dos Tribunais Regionais do Trabalho que aderiram ao Tramita GOV.BR.

13. Além disso, o CSJT foi responsável pela liberação de acesso à plataforma dos órgãos da Justiça do Trabalho, bem como o monitoramento da implantação e a prestação de suporte durante toda a vigência do ACT.

V - EXPANSÃO DA PLATAFORMA NO ÂMBITO DA JUSTIÇA DO TRABALHO

14. No quadro sinóptico, a seguir, o detalhamento de cada órgão e seu status de implantação, antes do encerramento do ACT:

TRIBUNAL	SISTEMA	DATA DE ADESÃO	DATA DE IMPLANTAÇÃO	AMBIENTE	STATUS DE IMPLANTAÇÃO
TST/CSJT	SEI	28/6/2024	08/07/2024	Produção	Implantado
TRT1	PROAD	26/2/2025	18/07/2025	Produção	Implantado
TRT2	PROAD	29/4/2025	18/07/2025	Produção	Implantado
TRT3	PROAD	18/12/2024	17/04/2025	Produção	Implantado
TRT4	PROAD	25/4/2025	23/05/2025	Produção	Implantado

TRIBUNAL	SISTEMA	DATA DE ADESAO	DATA DE IMPLANTAÇÃO	AMBIENTE	STATUS DE IMPLANTAÇÃO
TRT5	PROAD	30/7/2025	01/08/2025	Produção	Implantado
TRT6	PROAD	31/1/2025	17/04/2025	Produção	Implantado
TRT7	PROAD	27/1/2025	18/07/2025	Produção	Implantado
TRT8	PROAD	3/2/2025	01/08/2025	Produção	Implantado
TRT9	PROAD	18/12/2024	18/07/2025	Produção	Implantado
TRT10	SEI	12/8/2025	-	Produção	Em Implantação
TRT11	PROAD	06/8/2024	08/08/2025	Produção	Implantado
TRT12	PROAD	16/5/2024	07/06/2024	Produção	Implantado
TRT13	PROAD	11/2/2025	17/04/2025	Produção	Implantado
TRT14	PROAD	29/1/2025	17/04/2025	Produção	Implantado
TRT15	PROAD	14/3/2025	27/05/2025	Produção	Implantado
TRT16	SEI	8/4/2025	23/05/2025	Produção	Implantado
TRT17	SEI	22/8/2025	22/08/2025	Produção	Implantado
TRT18	PROAD	4/2/2025	17/04/2025	Produção	Implantado
TRT19	PROAD	4/8/2025	08/08/2025	Produção	Implantado
TRT20	PROAD	12/3/2025	17/04/2025	Produção	Implantado
TRT21	PROAD	5/2/2025	26/05/2025	Produção	Implantado
TRT22	PROAD	7/5/2025	18/07/2025	Produção	Implantado
TRT23	PROAD	4/2/2025	01/08/2025	Produção	Implantado
TRT24	PROAD	13/2/2025	23/09/2025	Produção	Implantado

15. A rápida expansão da plataforma pela Justiça do Trabalho contribuiu diretamente para que no ano passado fosse alcançado o marco de 200 implantações do Tramita GOV.BR. Tal marco foi comemorado em um evento do ProPEN com participação de várias autoridades dos dois órgãos.

VI - CONCLUSÃO

16. A execução do segundo ano do Acordo de Cooperação Técnica nº 62/2024 foi acompanhada ativamente pelas partes signatárias, com ações contínuas voltadas ao cumprimento integral do objeto pactuado.

17. Findado o ACT no dia 15 de maio de 2026, verifica-se que os resultados previstos no Plano de Trabalho foram substancialmente alcançados, especialmente no que se refere à ampliação da utilização da plataforma Tramita GOV.BR no âmbito da Justiça do Trabalho brasileira.

18. No decorrer da vigência do ACT, foram promovidas ações de divulgação, suporte técnico, acompanhamento operacional e articulação institucional entre o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos – MGI, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho – CSJT e os Tribunais Regionais do Trabalho, possibilitando a implantação gradual e estruturada da solução.

19. Atualmente, dos 24 Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, apenas o TRT da 10ª Região ainda se encontra em fase de conclusão dos testes em ambiente de produção, circunstância que evidencia elevado grau de êxito na execução do objeto pactuado, com praticamente a totalidade das unidades previstas já utilizando a solução de forma operacional.

20. Dessa forma, considera-se que o ACT alcançou, de maneira satisfatória, seus objetivos de fomentar a interoperabilidade entre sistemas de processos administrativos eletrônicos, ampliar a eficiência administrativa, fortalecer a transformação digital no âmbito da Justiça do Trabalho e promover maior integração entre os órgãos públicos usuários da plataforma Tramita GOV.BR.

21. Registra-se, por fim, que a cooperação institucional estabelecida entre o CSJT e o MGI mostrou-se

relevante para o fortalecimento das iniciativas de Governo Digital e modernização administrativa, contribuindo para a consolidação de soluções interoperáveis, padronizadas e alinhadas às diretrizes nacionais de transformação digital da Administração Pública.

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Documento assinado eletronicamente

Documento assinado eletronicamente

VINÍCIUS RAFAEL LOBO DE MENDONÇA

Representante Técnico

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Documento assinado eletronicamente

MARIANA BARROS MEIRELLES

Representante Institucional

Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos

Documento assinado eletronicamente

ALYSSON OSMAR MACIEL RIBEIRO

Representante Técnico

Conselho Superior da Justiça do Trabalho

ANDERSON CHENDES LUCAS DE SOUSA

Representante Institucional

Conselho Superior da Justiça do Trabalho